

Quem paga a dívida

AVL
p2

Adiada para a próxima quarta-feira, a decisão do Congresso constituinte a respeito do perdão para as dívidas de pequenos e médios empresários vai-se envolvendo no usual labirinto dos acordos, das concessões e dos acertos de circunstância. Como se fosse possível tergiversar com o absurdo, disfarçar o mais evidente embuste, proceder ao mais claro ataque contra o contribuinte com o argumento de que, no final das discussões e dos conflitos, um consenso foi obtido de modo a que ninguém saia perdendo.

Não há conciliação possível nesta proposta. Um poderoso lobby econômico pretende lançar para a conta da população brasileira em seu conjunto os resultados de sua própria imprevidência. Pressiona para que seus prejuízos particulares recaiam sobre o contribuinte. O assalariado em débito na compra de um eletrodoméstico, o aposentado que teve seus rendimentos diminuídos com o Plano Cruzado, o pequeno empresário que realizou esforços de contenção para pagar seus empréstimos, vêem-se assim sob a ameaça inusitada de ter de financiar a inadimplência alheia. A isto se reduz a proposta de anistia em curso no Congresso, não importando suas minúcias, seus pequenos recuos, suas tentativas inconvincentes de conciliar-se com o bom senso.

É especialmente revoltante, a este respeito, ver alguns defensores da iniciativa privada, alguns enfáticos adversários da estatização, voltarem-se com ímpeto particular para a defesa de um capitalismo sem risco, para a estatização do prejuízo e para o aumento do deficit público, com o único objetivo de atenderem a sua clientela eleitoral. Curioso notar, por exemplo, como a liderança de Ronaldo Caiado, antes peremptória na defesa de um capitalismo "moderno" — seja lá o que for que entenda por esse nome —, hoje se transforma num entusiástico porta-voz dos interessados no calote.

É com este tipo de casuismo ideológico, de irrespeitabilidade moral, de aberta defesa de privilégios e discriminações, de violência contra o cidadão comum, que alguns tartufos da livre iniciativa afirmam contribuir para a modernização da economia brasileira. Apostam, entretanto, na permanência e no agravamento daquilo que sempre existiu: uma modalidade de capitalismo que abomina o risco, que vegeta à sombra do Estado, que à custa da negociata de bastidores, da mobilização histórica e do sentimentalismo barato, termina significando, a cada lance de paternalismo oficial, um novo assalto contra o cidadão.

8861 JUN 26 1988 FOLHA DE SÃO PAULO